

DIÁRIO OFICIAL

Defensoria Pública
do Estado do Paraná

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



www.defensoriapublica.pr.def.br

Edição Nº 1019 - Publicada em 31/03/2026

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO CRD/CCON

Extrato

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 90014/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer uma solução tecnológica para a gestão de manutenção predial da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), incluindo suporte técnico e atualizações da plataforma e abrangendo todas as etapas (desde o registro de chamados até a geração de relatórios gerenciais).

Local da sessão: www.gov.br/compras/ - UASG: 929443 / PE 90014/2026.

Acolhimento das propostas: Início: Data da disponibilização do edital no sistema; Fim: Horário de abertura da sessão.

Abertura da sessão pública: 17/04/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília - DF). **Acesso ao edital:** www.defensoriapublica.pr.def.br e www.gov.br/pncp/.



Documento assinado digitalmente por **LARISSA ALAS MAYER, Analista da Defensoria Pública**, em 31/03/2026, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0271900** e o código CRC **DFE9D21F**.

Assinatura de Publicação: xutel-hegib-sesyf-zebic-bafug-zepys-boguf-nyutup-mital-firup-difas-dozat-padup-lubin-rebon-pyzif-texax

GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DPG Nº 38, DE 27 DE MARÇO DE 2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DPG N.º 81, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025

O Defensor Público-Geral, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 136/2011, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, bem como em atenção aos termos da Lei Estadual n.º 21.493/2023-PR, torna pública a presente divulgação para informar o que se segue.

1. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DPG N.º 81, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE

1.1. Nos termos da decisão exarada no SEI 25.0.000000889-6 pela Defensoria Pública-Geral do Estado do